

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

HISTÓRIA, CIDADE E O PENSAMENTO PÓS-ESTRUTURALISTA

Pasqualino Romano Magnavita (Universidade Federal da Bahia)

História, Cidade e o Pensamento Pós-estruturalista.

Nova lógica, temporalidades e questionamentos. 1

Trata-se de um texto conceitual que visa abordar o tema História, Cidade sob um das vertentes do pensamento pós-estruturalista proposto pelos pensadores Gilles Deleuze e Félix Guattari, encontrando na **Lógica da Multiplicidade** e de seu rico repertório conceitual, uma atitude crítica de contestação ao pensamento herdado da modernidade, e isso, tanto do ponto de vista filosófico, científico, artístico, quanto em sua dimensão temporal, e portanto em relação à história, à cidade e de seus diferentes objetos de estudos, pesquisas e de suas temporalidades.

Vale salientar que nessa nova lógica encontramos traços marcantes do pensamento de Nietzsche, entretanto, o aporte mais recente sobre a história encontra-se no pensamento de Foucault, não propriamente enquanto historiador, mas, um filósofo da história. Partindo das inferências propostas por Nietzsche, deve ser atribuído a Foucault o processo de “desconstrução” da forma de pensar a história herdada da Modernidade. E isto em razão de ter escolhido, inicialmente, o Saber, no sentido de estratificação histórica como categoria de análise em “As palavras e as coisas” e “Arqueologia do saber”, onde substituiu a preocupação reinante pela fenomenologia, isso é, a relação sujeito/objeto, introduzindo em seu lugar a epistemologia. Todavia é em “Vigiar e punir” que ele torna esse saber indissociável das relações de poder. Não mais o Poder como uma totalidade unificadora, mas, no sentido de uma composição de micropoderes de diferentes naturezas, uma **Totalidade Segmentária**.

Essa noção diz respeito a conjuntos de “Totalidades” que se consideram e onde **coexistem** multiplicidades de elementos heterogêneos que se relacionam, se conectam, se sobrepõem, se contaminam, mantêm entre eles zonas de vizinhança, temporalidades diferentes, entre outras modalidades de relacionamento. Elementos esses que apenas coexistem em seus dinâmicos relacionamentos e conexões, num processo de Devir-outro, pois, eles não se encaixam como numa Totalidade clássica e moderna do Todo e de suas partes, à guisa de um quebra-cabeça. Nas três formas de pensar e criar, por exemplo, ocorre justamente essa coexistência, ou seja, a filosofia e seus conceitos, a ciência e suas funções e a arte com suas percepções e afetos, constituem, também, uma Totalidade segmentária. Elas coexistem, se cruzam, se entrelaçam e fazem do pensamento uma **Heterogênese**. Igualmente, tanto a história quanto a cidade podem ser consideradas Totalidades segmentárias em suas efetuações

discursivas e, conseqüentemente, o pensamento sobre a história e, igualmente, sobre a cidade, enquanto forma de pensar expressam Totalidades segmentárias, portanto, constituem heterogêneses do pensamento..

As pesquisas de Foucault, interrompidas por sua morte prematura, encontram em suas últimas obras dedicadas à “Historia da sexualidade” uma enorme contribuição ao entendimento dos processos de subjetivação (o cuidado e o conhecimento de si, enquanto construção social), os quais, juntamente com as relações indissociáveis de saberes/poderes, formam a tríade fundamental para quem pretende fazer da história sua vocação, ou entender a cidade: Saber, Poder e Subjetivação.

Vale lembrar que depois da grande contribuição dada por Fernand Braudel ao pensamento moderno no entendimento da história, do estudo das séries históricas longas, na década de 60 emergiu uma preocupação entre historiadores com a suposição então levantada: “fim da história”. A esse respeito, Foucault afirmava: “(...) o que tanto se lamenta não é o desaparecimento da história e sim a supressão desta forma de história que era em segredo, mas referida à atividade sintética do sujeito (...) o que se lamenta é o uso ideológico da história, pelo qual se tenta restituir ao homem tudo que, há mais de um século, continua a lhe escapar” (FOUCAULT, 1997, p.17). Na mesma época emerge, também, a percepção fragmentária e dispersiva: a “história em migalhas”, fato este que teve o mérito de retirar da história o seu sentido unificador e totalizante das série longas. Todavia, essa ênfase dada a microhistória não foi capaz de alterar a forma de pensar daqueles que a adotaram, pois, continuaram aderente á forma de pensar mais elaborada do pensamento moderno : o **Estruturalismo**.

Nas últimas décadas o crescente desenvolvimento da pesquisa histórica em nossa área de conhecimento, isto é, sobre a cidade e o urbanismo, permeou um vastíssimo arco disciplinar, permitido, por sua vez, a proliferação e criação de outros campos disciplinares , de novos saberes. A questão não reside, todavia, no “crescimento” e “desenvolvimento” específico da pesquisa histórica ou mesmo sobre a cidade, mas, na forma de pensar esse específico saber, de caracterizar o exercício do poder que permeia esse saber (no sentido da composição de forças, ou melhor dizendo, de um “diagrama” de fluxos que têm o poder de afetar e ser afetado). E ainda, dos processos de subjetivação que contribuíram para a construção/produção das subjetividades dos historiadores e/ou docentes de história na elaboração de Multiplicidades de histórias ou de pensadores sobre a cidade, seus problemas e soluções.

História e Temporalidades

Na “Lógica do Sentido”, Deleuze, pressupõe duas leituras do Tempo: de um lado, a de Cronos; do outro a de Aion e não apenas as três dimensões como nas concepções tanto clássica quanto moderna do mundo da representação: Passado, Presente e Futuro, no sentido de uma percepção macro (molar), isto é, do Tempo linear. Para o referido autor, tanto o Passado quanto o Futuro são dimensões relativas ao Presente que passa e as absorve no Tempo. Essa relatividade do Passado e do Futuro em relação ao Presente. promove, pois, uma relatividade dos próprios presentes que passam.. No sentido cronológico o Presente pressupõe uma relação corporal, é o tempo das incorporações, das misturas, da medição das coisas corporais entre si, das ações em que tudo é simultâneo. Pertence ao Presente delimitar, entretanto, diferente é o Aion que anula o presente e só faz subsistir no Tempo o Passado e o Futuro, pois, ele se encontra:

“(…) Em lugar de um presente que absorve o passado e o futuro, um futuro e um passado que dividem a cada instante o presente que o subdividem ao infinito em passado e futuro, nos dois sentidos ao mesmo tempo. Ou antes, é o instante sem espessura e sem extensão que subdivide cada presente em passado e futuro, em lugar de presentes vastos e espessos que compreendem uns em relação aos outros o futuro e o passado”(DELEUZE,1998, p.167).

Considerando que o Presente passa, somente o passado e o futuro insistem e subsistem no Tempo, disto, resulta o paradoxo do Tempo: o passado coexiste com o presente que passa. Enquanto Cronos refere-se à ação dos corpos e dos atributos corporais, portanto, inseparáveis dos corpos que o preenche, como causas e matérias; de outra natureza é Aion, trata-se do ilimitado como o passado e o futuro, mas finito no instante. Ele é povoado de efeitos que o habitam sem nunca preenchê-lo, podendo ser entendido como: “(…) verdade eterna do tempo: pura forma vazia do tempo que se liberou de seu conteúdo corporal “ (DELEUZE, 1998, p. 170)”.

Com os estudos de Bergson a conceituação do Tempo recebeu novas conotações, particularmente com as noções de **Duração** e **Memória** as quais contribuíram para diferenciá-lo da dimensão cronológica da mensuração e aproximá-lo da indeterminação e da forma vazia própria de Aion, contudo, a questão da temporalidade continua ainda problemática e em relação à história Foucault propôs o termo **Atualidade** que além de adotar o tempo que passa (Presente), pressupõe outras variáveis contextualizadas que se relacionam com os saberes, os subjacentes poderes e as subjetivações que orientam o

pensamento na construção de “séries” históricas curtas e recentes. Em relação a essa noção diz Deleuze: “(...) É a atualidade que interessa Foucault, o mesmo que Nietzsche chamava de o inatual ou o intempestivo, isto que é in actu, a filosofia como ato do pensamento” (DELEUZE, 2000, 119). O mesmo termo, Atualidade, se poderia afirmar em relação às questões relacionadas com a cidade.

De regra, na formação disciplinar acadêmica, a instituição de ensino, como “dispositivo” de poder, evidencia os Saberes. Estes, atrelados a uma “formação discursiva”, no sentido de um conjunto de enunciados reproduzidos à exaustão, se encontram frente às diminutas criações que eventualmente questionam e problematizam os enunciados de consenso. Evidenciando, assim, a variável Saber, as instituições de ensino, visam sua reprodução e produção, colocando em segundo plano as relações de poderes que permeiam esses saberes. Num terceiro plano ainda, e isso, quando o fazem, evidenciam a questão relacionada com os processos de subjetivação (de docentes e discentes em suas individualidades). Poder e Subjetivação não recebem, portanto, como o Saber o devido enfoque na reprodução e produção de conhecimentos.

O poder não é essencialmente repressivo, ele se exerce antes de se possuir. O poder é como uma força não localizável, tomada independente das formas concretas em que ele se encarna, dos objetivos que satisfaz e dos meios que emprega. E, no dizer de Deleuze, corresponde à uma física de ação abstrata, uma pura matéria não formada, tomada independentemente das substâncias formadas, dos seres, dos objetos qualificados. Entre o poder e o saber há uma diferença de natureza, são elementos heterogêneos, entretanto, mantêm uma pressuposição recíproca e capturas mútuas. O poder não passa por formas, mas apenas por forças, por pontos, pontos singulares que marcam a cada vez, a aplicação de uma força, a ação ou reação de uma força em relação às outras, um afeto no sentido de um estado de poder sempre local e instável.

As forças constituem estratégias (diagramas) enquanto exercício do não estratificado. Uma das questões concernentes às relações de poder diz respeito à resistência na medida em que as relações de poderes se conservam por inteiro como diagrama de forças hegemônicas e resiste às mudanças de natureza, permitindo apenas diferenças de grau na repetição de seu exercício. Um campo social quando cria estratégias resistindo a esse exercício de poder, concentrando suas energias e utilizando suas forças para escapar às armadilhas da rede de micro poderes estabelecida, trata-se de uma força ou um novo diagrama que resiste, visando subverter ou

derrubar os poderes vigentes. Quando isso ocorre, há como que um impasse, pois o poder se coloca tanto em nossas vidas quanto em nosso pensamento e chegamos a nos colocar contra ele nas mais íntimas verdades. Fato esse que permite perguntar se haveria uma saída dessa relação conflituosa, levando à admitir um novo eixo distinto e ao mesmo tempo coexistindo com o saber/poder, à guisa de um “lado de fora”, o qual também poderia ser entendido, simultaneamente, como uma não relação, um “lado de dentro”? Pergunta-se: o que caracterizaria, assim, o pensamento?

A questão do Duplo constitui uma obsessão em Foucault suscitando as seguintes questões: seria o “lado de dentro” mais profundo que todo o mundo interior? Seria o “lado de fora” o mais longínquo que todo o mundo exterior? Deleuze adverte que o Duplo em Foucault nunca é uma projeção do interior, é pelo contrário, uma interiorização do lado de fora; não é um desdobramento de Um, mas a reduplicação do Outro. Não é a reprodução do Mesmo, mas a Repetição do Diferente. Não é a encarnação do Eu, mas a instauração da imanência de um sempre-outro, ou de um Não-eu.

História e Atualidade

As referências feitas anteriormente à noção de Atualidade necessitam de um maior entendimento no âmbito da historicidade e da cidade. A esse respeito vale ressaltar o que disse Foucault: “(...) a historicidade que nos domina é belicosa e não lingüística. A história não tem ‘sentido’ o que não quer dizer que é absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e pode ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas” (DELEUZE, 2000). Enunciado este que não deixa nenhuma dúvida quanto a dimensão política da história, ou mesmo do entendimento da cidade e, neste sentido, o envolvimento daqueles que se propõem tratá-las como saberes específicos, e isso, através dos processos de subjetivação aos quais foram submetidos. Donde se pode considerar que história, cidade e Atualidade sob o viés político são indissociáveis.

No sentido mais lato, ser historiador, adotar a história ou a cidade como área de conhecimento, de saber, pressupõe que as “formas de expressão” (o que ele diz ou diz sobre o que outros disseram) e as “formas de conteúdo” (o que ele vê ou vê sobre o que outros viram), ambas as formas são permeadas de relações de poderes que acabam por orientar, afetar e expressar a própria subjetividade. É verdade que o poder em sua invisibilidade não fala e não vê, mas faz falar e ver, e isso, através de agenciamentos de enunciação e agenciamentos maquínicos. Pois, a expressão torna-se um sistema semiótico (um regime de signos) e o

conteúdo, um sistema pragmático, ações e paixões. As expressões ou enunciados, exprimem ‘transformações incorporais’ que “se atribuem” como tais (propriedades) aos corpos ou aos conteúdos (DELEUZE, 1997, 219).

Em função dessas considerações, admite-se que todos os saberes históricos, inclusive sobre a cidade, são estratificações (estratos), ou seja, acumulação, sedimentação, coagulações, dobramentos. Cada estrato ou articulação é composto de meios codificados e substâncias formadas. Formas e substâncias, códigos e meios são os componentes abstratos de qualquer estrato. Nos processos de descodificação dos meios, estão presentes as construções de subjetivações daqueles que dizem, escrevendo, ou dos que realizam coisas (objetos, edificações, obras de arte, etc.), pressupondo-se, assim, um emaranhado de relações de forças (poderes e micropoderes), e portanto, uma inalienável conotação política. Fato este que fez com que o pensamento pós-estruturalista, introduzisse um conjunto de novas noções e conceitos que visam um melhor entendimento, não apenas as relações entre saberes, poderes e subjetivação, mas da existência, dos modos de vida e da própria Vida.

O conceito de Rizoma, o “carro-chefe” da Lógica da Multiplicidade, quando aplicado ao pensamento em geral e, no presente texto, à história e a cidade enquanto processo, constitui um sistema aberto de conexões “**Entre**”, “Meio”, “*Intermezzo*” de multiplicidades e heterogeneidades de elementos, de rupturas a-significantes (evoluções a-paralelas, não lineares), opondo-se, portanto, à forma de entender a existência com faz o pensamento arborescente (árvore/estrutura) no âmbito da lógica binária. O termo rizoma (raiz superficial) não é uma metáfora enquanto modelo como na forma de pensar anteriormente referida (árvore/estrutura). Não se deve confundir, portanto, a história e/ou a cidade como objeto de estudo, com seu real processo enquanto um efetivo construtivismo. Enquanto forma de pensar, esses objetos podem ser entendidos no âmbito de uma concepção rizomática. Segundo Deleuze/Guattari, um rizoma:

(...) Oposto a uma estrutura, que se define por um conjunto de pontos e posições, por correlações binárias entre estes pontos e relações biunívocas entre estas posições, o rizoma é feito somente de linhas: linhas de segmentaridade, de estratificação, como dimensão, mas também linha de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza (DELEUZE, GUATTARI, 1996, p. 32).

Trata-se, pois, de um sistema aberto não configurável no mundo da representação, imprevisível (adota o “princípio da incerteza”, da imprevisibilidade), uma forma de pensar dinâmica que pressupõe a Multiplicidade de elementos heterogêneos, de conexões entre eles; rupturas a-significantes (descontinuidades); Acontecimentos (atualização de virtuais, abolição da relação causa/efeito); Evolução a-paralela (não linear), entre outras características. O rizoma deve ser entendido, também, como Mapa (cartografia). Neste sentido, fazendo um paralelo entre as duas lógicas, a da árvore/estrutura e a rizomática ou de desterritorialização, esta atinge sua dimensão máxima quando, como se afirmou antes, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza.

Fato esse que pressupõe o **Acontecimento**, conceito que se refere à algo que emerge, surge e que nada tem haver com a relação do pensamento clássico da lógica binária de causa e efeito. Ainda, segundo o princípio de cartografia, dois aspectos devem ser evidenciados,: a performance (criação) e a decalcomania, esta, entendida como competência em reproduzir o que se sabe, o que já foi adquirido, pois, o Decalque reproduz a si mesmo pensando em reproduzir outra coisa. É o que de regra, ocorre nas instituições de ensino: formar competências. Em relação a essa questão entre performance e competência, Deleuze e Guattari, comentam:

“(…)Toda a lógica da árvore é uma lógica do decalque e da reprodução.(…) A árvore articula e hierarquiza os decalques, os decalques são como as folhas da árvore. (...) diferente é o rizoma, mapa e não decalque. (...) o mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. (...) Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre ‘ao mesmo’. Um mapa é uma questão de performance, enquanto o decalque remete a uma ‘presumida’ competência” (DELEUZE, GUATTARI, 1996, p. 22).

A Lógica da Multiplicidade incorpora um conjunto de palavras que se equívalem: Rizomática = Esquizoanálise = Estratoanálise = Pragmática = Micro-política, e também, um conjunto de conceitos e noções que constitui seu repertório: Estratos, Território, Agenciamento, Linhas de fuga (desterritorialização), Espaço liso (nômade), Espaço estriado (sedentário), Rostidade, Corpo sem órgãos, Caos (não como desordem, mas, lugar da criação de todas as formas, o “oceano da dessemelhança”), Acontecimento, Ritornelo, Máquinas

abstratas (Axiomáticas binárias e Máquinas de guerra), Aparelho de Estado e aparelhos de captura, entre outros conceitos e noções.

Entre as noções e conceitos acima referidos, o de “**Máquina abstrata**”, talvez, entre todos, é o que mais diretamente se relaciona com os saberes teóricos e isso, em decorrência do papel que os mesmos desempenham tanto na formação profissional de historiadores e de urbanistas, quanto na elaboração e proliferação de histórias e de desenvolvimentos urbanos que, de regra, atendem às sobrecodificações impostas pelo saberes e práticas hegemônicos. Vale salientar que não existe a máquina abstrata, nem máquinas abstratas no sentido platônico das Idéias transcendentais, universais e eternas. Antes pelo contrário, as máquinas abstratas **operam em agenciamentos concretos**. De regra, elas se referem à processos de descodificações, sobrecodificações ou desterritorializações, pois, elas ignoram as formas e as substâncias. Justamente por isto, consistem em matérias não formadas e funções não formais. As máquinas abstratas excedem toda mecânica, opondo-se ao abstrato no sentido que emana do senso comum. Neste sentido cada máquina abstrata é um conjunto consolidado de matérias-funções: um “Phylum” e “Diagrama” (DELEUZE, GUATTARI, 1997, P. 227).

Cada máquina abstrata pode ser considerada, também, um “Platô de variação” que coloca em continuidade variáveis de conteúdo e de expressão, as quais atingem seu mais elevado grau de relatividade. Todavia essas características não impedem que “a” máquina abstrata possa servir de modelo transcendente, em condições muito particulares. Relacionado com esta noção de máquina abstrata dois grandes agenciamentos antropomórficos devem ser considerados: a “**máquina de guerra**” e o “**aparelho de Estado**”, esclarecendo que a máquina de guerra não tem por si mesma a guerra por objeto, mas passa a tê-la, necessariamente, quando ocorre uma tentativa ou apropriação dessa máquina pelo aparelho de Estado.

Torna-se oportuno esclarecer em que sentido o conceito aparelho de Estado é aqui empregado, tanto para a história quanto para a cidade:

“(…) o aparelho de Estado é um agenciamento concreto que efetua a máquina de sobrecodificação de uma sociedade. Essa máquina por sua vez, não é, portanto, o próprio Estado, é a máquina abstrata que organiza os enunciados dominantes e a ordem estabelecida de uma sociedade, as línguas e os saberes dominantes, as ações e sentimentos conformes, os segmentos que prevalecem sobre os outros. A máquina abstrata de sobrecodificação assegura a homogeneização dos diferentes segmentos, sua convertibilidade, sua traduzibilidade, ela regula

as passagens de uns nos outros, e sob que prevalência. Ela não depende do Estado, mas sua eficácia depende do Estado como do agenciamento que a efetua em um campo social” (DELEUZE, PERNET, 1998, p.150).

Existem máquinas abstratas que não param de trabalhar uma nas outras e que qualificam os agenciamentos. Para os objetivos deste texto, interessa nomear as máquinas abstratas sobrecodificadas ou axiomáticas, que realizam as totalizações, homogeneizações, conjunções de fechamento, bem como, as máquinas de guerra que não se deixam sobrecodificar pelo aparelho de Estado. Vale observar que toda máquina abstrata remete a outras máquinas abstratas, e isso, “(...) não apenas porque elas são inseparavelmente políticas, econômicas, científicas, artísticas, ecológicas, cósmicas — perceptivas, ativas, pensantes, físicas e semióticas, mas porque entrecruzam seus tipos diferentes tanto quanto seu exercício concorrente. Mecanosfera” (DELEUZE, GUATTARI, 2000, p. 231).

Tratando-se de um evento de natureza acadêmica e que uma das sessões temática relacionado com a História, a Cidade e o Urbanismo, promovido por uma Associação de Pós-graduação (ANPUR), entender o que se passa na formação de mestres e doutores em relação ao estado da arte desses saberes na contemporaneidade, constitui o objetivo maior deste texto. Justamente por isto é que o conceito de “Máquina abstrata” assume um especial interesse, bem como aquele de “máquina de guerra”. E isto, de um lado, considerando os agenciamentos de enunciação e maquínicos, que traduzem saberes codificados e sobrecodificados, produzidos e reproduzidos pelas instituições de ensino; do outro, os novos saberes que não se deixam sobrecodificar e através de micro ações procuram a sua efetuação, visam novas territorialidades.

Considerando conjuntos de enunciados que configuram “formações discursivas”, nas disciplinas de história e também naquelas relacionadas com a cidade, eles expressam diferentes formações profissionais (historiadores, arquitetos, urbanistas, economistas, sociólogos médicos e de tantas outras profissões que necessitam caracterizar suas histórias, e entender a dinâmica dos espaços onde habitam.. Elas (as disciplinas acadêmicas), como expressão do pensamento, de regra, aderem às diretrizes conceituais das próprias instituições de ensino, as quais como instituições de poder (“dispositivos”), relevam aspectos que são de regra consoantes com os poderes hegemônicos e constituem máquinas abstratas sobrecodificadas, as quais são, também, denominadas de máquinas abstratas axiomáticas,

pois, de regra, partem de axiomas. A exemplo da geometria euclidiana, da economia (que adota a “propriedade privada” o inalienável axioma da sociedade capitalista), entre muitos outros saberes.. Elas operam em “Espaços estriados” (sedentários), e se caracterizam por sua vocação de consolidar e reproduzir conhecimentos, exigindo-se competência, palavra-chave na apropriação dos saberes estabelecidos.

Nas reproduções de conhecimentos, ocorrem, mudanças, entretanto, elas se referem, de regra, apenas às variações de grau e não de natureza, pois, de fato, não ocorrem, propriamente, desterritorializações, linhas de fuga da territorialidade constituída pelos agenciamentos de descodificação dos meios e subsequentes sobrecodificações. Essas máquinas axiomática traduzem muito bem as posturas da grande maioria de docentes e “pesquisadores” que reproduzem com muita competência os conhecimentos através de “metodologias” que resultam da forma de pensar arborescente estruturada na lógica binária de uma “ciência régia”, expressando um saber tutelado pelos poderes hegemônicos que ditam as linhas mestras da forma de pensar.

Diferente são as máquinas de guerra que se encontram à margem das instituições de ensino e das “sociedade científicas” indexadas. Essas máquinas percorrem os “Espaços lisos” em busca de novas territorialidades, à guisa de uma “ciência menor” ou “nômade”, pois, não se deixam sobrecodificar pelo aparelho de Estado que, através de seus “aparelhos de captura”, as mantêm sempre sob sua mira visando cooptá-las ou destruí-las . Há sempre um pensador (um historiador ou urbanista), nômade, ambulante que os pensadores de Estado, da “ciência régia” não param de combater ou quando aliando-se a ele, sob a condição de lhe proporem um lugar menor no sistema legal da ciência e da técnica, caracterizam um processo de cooptação.

Estabelecendo uma diferença entre a ciência nômade e a ciência régia, Deleuze/Guattari fazem as seguintes considerações:

“(…) Não é que as ciências ambulantes estejam mais impregnadas por procedimentos irracionais, mistério, magia. Elas só se tornam tais quando caem em desuso. E., por outro lado, as ciências régias também se cercam de muito sacerdócio e magia. O que aparece na rivalidade entre os dois modelos é, antes, o fato de que, nas ciências ambulantes ou nômade, a ciência não está destinada a tomar um poder e nem sequer um desenvolvimento autônomo. Elas carecem de meios para tal, porque subordinam todas as suas operações às condições sensíveis da intuição e da construção, seguir o fluxo de matéria, traçar e conectar o espaço liso. Tudo está tomado

numa zona objetiva de flutuação que se confunde com a própria realidade (...) o problemático permanece seu único modo. Ao contrário, o que é próprio da ciência régia, do seu poder teorematizado ou axiomático, é subtrair todas as operações das condições da intuição para convertê-las em verdadeiros conceitos intrínsecos ou ‘categorias’ (DELEUZE, GUATTARI, 1997, p. 41).

Considerando um conjunto de diferentes disciplinas relacionadas com as Teorias da História e da Cidade, aplicar a noção de “Máquina abstrata”, por exemplo, ao conjunto de enunciados contidos nas ementas, conteúdos programáticos, metodologias e bibliografias dessas diferentes disciplinas que compõem esses saberes, pressupõe o exercício de uma forma de pensar, e isso, utilizando conceitos, funções e percepções (filosofia, ciência e arte) que caracterizam esses saberes num determinado contexto acadêmico e no qual, podem coexistir tanto o pensamento sedentário (de regra, dominante), quanto o pensamento nômade daqueles que questionam os saberes constituídos e se orientam para um Devir-outro das relações de saberes, poderes e subjetivações, no sentido de “máquinas de guerra” de uma ciência nômade.

A questão não se limita apenas às disciplinas acadêmicas constituídas.. Antes mesmo dessas organizações disciplinares, as diferentes formações profissionais passam por diferentes níveis de avaliações e decisões por parte de específicos grupos de especialistas e/ou organizações interessados (setores empresariais, institutos, sindicatos, conselhos, etc.) de reconhecida competência e que estabelecem o que deve ou não ser incluído suas específicas áreas e sub-áreas de conhecimentos e suas respectivas atribuições profissionais. Fato este que caracteriza uma explícita divisão social do trabalho e que, no caso em questão, são dadas específicas atribuições aos historiadores e aos arquitetos/urbanistas. Vale ressaltar, entretanto, que os urbanistas não obtiveram, ainda, o reconhecimento de sua efetiva autonomia profissional, o que se explica pela acirrada competição existente no mercado de trabalho, gerando disputas e sobreposição de atribuições em áreas afins.

É verdade que o estado da arte de cada profissão em momentos de definir as suas atribuições com base na grade curricular, se caracteriza pelos saberes estabelecidos, sedimentados historicamente, e isso, através de processos de estratificação (formas de expressão e formas de conteúdo relativos a cada área ou sub-área de conhecimento). Todavia, vale salientar que não existem saberes desvinculados de relações de poderes e de processos de subjetivação daqueles que decidem e, portanto, os Agenciamentos que promovem as descodificações dos meios

(estratos) e estabelecem territorialidade própria desses saberes - visando garantir a consolidação desse território de conhecimentos específicos - traduzem a presença de agentes sociais que defendem diferentes interesses e objetivos específicos profissionais, os quais, por fim, acabam sendo sobrecodificados pelo aparelho de Estado através de “Leis, Diretrizes e Bases...” que passam a orientar as instituições de ensino e as organizações profissionais credenciadas (ambos, “dispositivos” de poder), os quais, zelam tanto pela competência que devem formar, quanto pelo controle que devem exercer os conselhos profissionais no âmbito das práticas sociais.

Em relação a essas considerações é que se pode falar em “Máquina abstrata” de ensino em uma determinada área de conhecimento (no caso, a história, a cidade) e numa determinada instituição, constituída tanto pelos “planos de curso” das disciplinas oferecidas, saberes, quanto pela rede de micropoderes e processos de subjetivação de seus docentes e discentes. Por sua vez, considerando o repertório conceitual e a lógica utilizada na forma de pensar, as máquinas de ensino podem ser, tanto máquinas abstratas axiomáticas binárias, construídas no âmbito do pensamento arborescente e, portanto, ainda hegemônicas dos saberes sedentários,, quanto, com sua presença minoritária, máquinas abstratas emergentes, ou melhor dizendo, máquinas de guerra dos saberes nômades, as quais visam um Devir-outro, não são sobrecodificáveis e se encontram sempre à deriva, navegando em espaços lisos nunca antes percorridos, utilizando novas lógicas e afetividades. Tais máquinas não têm a guerra como objetivo, mas lutam por novos saberes, novas relações de poderes e novos processos de subjetivação no âmbito das três ecologia definidas por Guattari, ambiental, social e mental (GUATTARI,1999).

No caso específico de diferentes histórias de diferentes cidades. o conceito de **Diferença** desempenha um papel importante no entendimento dos estudos e pesquisas relacionados com a multiplicidade e heterogeneidade desses saberes. Uma das mais importantes contribuições filosóficas ao pensamento contemporâneo (pós-estruturalista), tese de doutorado do reconhecido pensador Gilles Deleuze é sua obra “**Diferença e Repetição**”. Este par conceitual colocou em questionamento a tradicional relação herdada do pensamento clássico e moderno: **Unidade/Identidade**. As coisas se repetem diferenciando-se, elas não permanecem as mesmas, idênticas a si mesmas. Não existem coisas em si, elas resultam de relações. Vale salientar que quando se fala de Diferença, de regra, ela refere-se à diferença de

grau (nível), entretanto, a diferença pode ser de natureza, e isso, quando de fato ocorre uma transformação que produz algo de novo, um Devir-outro, um Acontecimento.

A grande proliferação de histórias de estudos sobre cidades e de suas urbanizações, expressam mais repetições que diferenças, pois, as diferenças são normalmente de grau e seguem um roteiro mais próximo do pensamento arborescente, e isto, no estabelecimento de uma genealogia urbana. Constata-se, num enfoque mais amplo, a utilização de “metodologias” que se repetem à exaustão, com seus denominadores comuns, percorrendo etapas previsíveis, determinadas e cujos resultados não caracterizam, propriamente, as “Heterotopias” existentes. Ou seja, a coexistência de multiplicidades de elementos heterogêneos no sentido de uma “Totalidade segmentária”, longe, portanto, da utilização velada da metáfora do organismo e dos conceitos de Unidade e Identidade que caracterizam a forma de pensar ainda hegemônica..

Outra questão que se levanta quanto à produção de histórias e que, por sua vez, se relaciona de modo mais amplo com a proliferação de informações, reside na impossibilidade de registro dessas informações que a cada dia crescem sem limites, colocando em dúvida a capacidade de processá-las e de assegurar uma memória. Andreas Huyssen faz referências ao passado, presente, mídia, política e amnésia, ressaltando a obsessão contemporânea pela memória em debates acadêmicos, eventos científicos e onde se constata a existência de um intenso pânico público frente ao esquecimento. Ou seja, uma preocupação, uma espécie de sentimento que se encontra mais próximo do medo em relação à perda da memória, dos acontecimentos do passado e do presente que passa. Ele pergunta: “(...) É o medo do esquecimento que dispara o desejo de lembrar ou é talvez o contrário? É possível que o excesso de memória nessa cultura saturada de mídia crie uma tal sobrecarga que o próprio sistema de memória fique em perigo constante de implosão, disparando, portanto, o medo do esquecimento” (HUYSSSEN, 2000, p.11).

Justamente esse acúmulo de informações e acontecimentos que se produz diariamente, induz a entender a efemeridade dessa realidade e buscar no passado, na memória, uma ancora, e isto, visando neutralizar e resistir a essa situação que se agrava, principalmente em função do acelerado processo gerado pelo “efeito mídia”. Pois, nesse contexto de homogeneização cultural promovido pela globalização é que tem sentido a noção proposta por Foucault: Atualidade.

O que seria essa Atualidade de que nos fala Foucault? A que “Arqueologia do presente” ele se refere? Porque séries históricas curtas e recentes? À essas indagações algumas considerações podem ser formuladas. O principal princípio da história em Foucault pressupõe que toda formação histórica diz tudo o que se pode dizer e vê tudo o que se pode ver, ou seja, “As palavras e as coisas”. O que interessa a Foucault não é o retorno ao passado, e sob este enfoque Deleuze comenta:

“(…) mas nós hoje: quais são os nossos modos de existência, nossas possibilidades de vida ou nossos processos de subjetivação (…) Pensar é sempre experimentar, não interpretar, mas experimentar, e experimentar é sempre o atual, o nascente, o novo, o que está em vias de se fazer. A história não é experimentação; é apenas o conjunto das condições quase negativas que possibilitam a experimentação de algo que escapa à história. Sem a história, a experimentação permanece indeterminada, incondicionada, mas a experimentação não é histórica, é filosófica” (DELEUZE, 2000, p.124, 132).

Para Foucault, pensar é um “ato arriscado”, uma violência que se exerce primeiro sobre si mesmo e, portanto, a experimentação é sempre o atual e, todavia, perigosa.. Pensar a história e a cidade na Atualidade deve ser entendido como experimentação de ocorrências, fatos e acontecimentos que são os ingredientes dessa experimentação e que passam, inevitavelmente, pela forma de pensar de quem se propõe escrever ou dizer algo sobre uma específica realidade, no caso do atual evento, a realidade histórica e urbana.

Todos os dias são desmentidos, em função de pesquisas realizadas, pressupostos alimentados por um saber histórico estratificado, consolidado e reproduzível à exaustão, decorrentes de versões oficializadas e adotadas nas disciplinas de teoria, de história e de cidade, nas instituições de ensino e apropriadas pela incontrolável propagação da mídia. Mesmo que surja um nova versão de um determinado acontecimento histórico, ela serve de contraponto à versão anterior, no sentido de negar o que estava estabelecido. Todavia, caracterizar uma contradição não esgota as multiplicidades e heterogeneidades de elementos que contribuem para o entendimento de acontecimentos.

A relação binária e biunívoca de sínteses e antíteses da “Unidade” do pensamento dialético utilizado (de regra, nas argumentações, embora não excludente em relação à outras formas de pensar), este pensamento expõem suas limitações frente a dispersão de multiplicidades e heterogeneidades de elementos que coexistem; de discontinuidades que ocorrem no sentido de rupturas a-significantes e, até mesmo, paradoxais; das evoluções a-paralelas (não lineares)

que se processam; e também, de contaminações, sobreposições e temporalidades diferentes que caracterizam essa “Totalidade segmentária”, a qual nada tem a ver com a Totalidade do pensamento clássico e moderno do Todo e das Partes, anteriormente comentado.

Frente a essas considerações, a Atualidade, proposta por Foucault, deve ser entendida no sentido de participação, adesão e engajamento de historiadores e urbanistas em novas concepções de existência e modos de vida, portanto, comportamentos de resistência em relação às formas de pensar hegemônicas. Tal entendimento se traduz numa atitude estritamente política, dado que o poder é o elemento informal, não-estratificado, que passa entre as formas de saber. Pois ele é difuso e, justamente por isso, é dito microfísico. Trata-se de sistema aberto de relações de forças e, não de formas como nos saberes. É uma outra dimensão que a dos saberes, ainda que o poderes e os saberes constituam uma realidade concreta inseparável. Como se afirmou no início deste texto, outra dimensão emerge distinta do saber e do poder: a Subjetivação. Em relação a esta, diz Deleuze:

“(…) Não se trata mais de formas determinadas, como no saber, nem de regras coercitivas, como no poder: trata-se de regras facultativas que produzem a existência como obra de arte, regras ao mesmo tempo éticas e estéticas que constituem modos de existência ou estilos de vida (...) É o que Nietzsche descobria como a operação artista da vontade de potência, a invenção de novas ‘possibilidades de vida’ (...) um processo de subjetivação, isto é, uma produção de modos de existência, não pode se confundir com um sujeito, a menos que se destitua este de toda interioridade e mesmo de toda identidade. A subjetividade sequer tem a ver com a ‘pessoa’: é uma individuação, particular ou coletiva que caracteriza um acontecimento (uma hora do dia, um rio, um vento, uma vida...). É um modo intensivo e não um sujeito pessoal. É uma dimensão específica sem a qual não se poderia ultrapassar o saber, nem resistir ao poder (DELEUZE, 2000, p. 123).

Em tese, é possível considerar que tanto os saberes quanto os poderes, direta ou indiretamente dependem, em última instância, desses processos de subjetivação que acabam por criar um modo de existência, um estilo de vida. Vale salientar que nas sociedades pós-industriais as máquinas tecnológicas de informação e comunicação operam de modo determinante no núcleo da subjetividade humana, “(...) não apenas no seio das suas memórias, da sua inteligência, mas também da sua sensibilidade, dos seus afetos, dos seus fantasmas inconscientes (...) o pior é a mass-midialização embrutecedora, à qual são condenados hoje em dia milhares de indivíduos” (GUATTARI, 1993, p.14).

No âmbito desse pensamento, a subjetividade passa a ser entendida como construção, como processo e, sendo assim, promove a desconstrução da relação fenomenológica sujeito/objeto; relação esta que constitui a pedra fundamental da fenomenologia, pressuposto do pensamento clássico e moderno. Entra-se, assim, no universo cartográfico do desejo, no sentido de uma “Revolução molecular” das “pulsões políticas do desejo” (GUATTAR,1993).

Finalmente, a última questão a ser levantada no presente texto, diz respeito a conotação mais recentes que a história assumiu, bem como os discursos sobre a cidade: a **condição de mercadoria**. Na era pós-industrial que vem caracterizando o atual processo de globalização, promovendo a produção do consumo, tanto de bens materiais, quanto imateriais, passando pelo viés da economia, emprestando-lhes um valor de mercado e, também, em diferentes empreendimentos, uma temporalidade efêmera. Especialmente em relação ao passado com suas cidades históricas e seus acervos artísticos, os quais acabam por alimentar a crescente indústria turística, a segunda no “ranking” mundial depois da hegemonia da indústria de armamentos.

Igualmente, a presença de acontecimentos, fatos e personalidades da história passada e recente que vêm ocupando amplos espaços em diferentes modalidades de informação e comunicação gerados pelas tecnologias avançadas da mídia (editoração, televisão, Internet, cinema, eventos, etc.), bem como, os “planejamentos estratégicos” de cidades que competem entre si, e isso, em atendimento aos pressupostos do novo estágio do capitalismo informacional e voltado para o consumo, nada escapa ao processo de mercantilização, inclusive, tanto a história quanto a cidade a história e seus derivados.

Considerações Finais

- O texto desenvolveu um conjunto de tópicos, conceito e noções procurando estabelecer alguns indicadores que se relacionam com diferentes formas de pensar. Com base nos enunciados foucaultianos, foram caracterizadas as principais variáveis que condicionam as formas de pensar: o Saber, o Poder e a Subjetivação que se encontram, todavia, no âmbito das três formas de pensar e criar: A Filosofia, a Ciência e a Arte que em conjunto fazem do pensamento uma Heterogênese..
- Tratando-se de um evento com sessão temática sobre a história e a cidade,, foram colocadas questões relacionadas com a temporalidade. A questão do Tempo através de suas diferentes conotações, constitui um dos mais complexos problemas no campo da

história, pois as diferenças de natureza entre Cronos e Aion se equivalem, no sentido analógico, às diferenças entre o pensamento sedentário e o pensamento nômade respectivamente. O incisivo apelo foucaultiano à noção de Atualidade, estabelece uma inadiável relação com o presente que passa, emprestando-lhe uma conotação política

- Em função da atual forma de pensar do autor deste texto, foram apresentados, de forma sumária, algumas noções e conceitos que integram a Lógica da Multiplicidade. E isto, com o objetivo de caracterizar as instituições de ensino e as organizações profissionais como “dispositivos” de micropoderes, estabelecendo diferenças entre competência e performance. Esses dispositivos foram caracterizadas como “Máquinas abstratas”, as quais, de regra, assumem em sua grande maioria, o caráter de máquinas abstratas binárias, também denominadas “máquinas axiomáticas” e expressam o pensamento sedentário em função da sobrecodificação efetuada pelo aparelho de Estado.

- Em contraponto, emergem “as máquinas de guerra” do pensamento nômade que não se deixam sobrecodificar pelo aparelho de Estado e visam novos saberes, micropoderes e processos de subjetivação, no sentido de um Devir-outro.

- As considerações formuladas sobre os processos de subjetivação (no sentido de construções de subjetividades), objetivaram ressaltar o pouco interesse demonstrado pelas instituições de ensino sobre o tema e, ao mesmo tempo, caracterizar a sua importância. Trata-se, pois, de uma “Revolução molecular” da política do desejo, assunto bastante oportuno e necessário no estabelecimento de novos pressupostos para entender a multiplicidade e heterogeneidade de histórias e de entendimentos sobre cidades, e isso, pressuposto extensivo à outras áreas de conhecimento em função da forma de pensar aderente à essas construções de subjetividades.

- Por fim, em função do novo estágio do capitalismo voltado prioritariamente para a produção do consumo e contando com os avanços tecnológicos midiáticos, tanto as histórias em sua multiplicidade e heterogeneidade de expressões, quanto as cidades em suas recentes transformações, vêm assumindo a condição explícita de mercadoria.

Sintetizando, o texto procurou problematizar a questão referente ao pensamento da história e da cidade, no âmbito de uma das vertentes do pensamento Pós-estruturalista com base no repertório conceitual da Lógica da Multiplicidade (pensamento rizomático), estabelecendo, assim, no âmbito das formas de pensar, a diferença entre, de um lado, uma nova postura conceitual caracterizada pela sua criatividade (performance), flexibilidade e imprevisibilidade de percursos em espaços lisos frente ao emaranhado de acontecimentos, e isto, na busca de um Devir-outro, encontrando-se, por sua vez, sempre à deriva no

sentido nômade de um modo de existência. E do outro lado, a presença do pensamento ainda hegemônico, herdado do pensamento clássico e da modernidade, com base na Lógica binária e no modelo arborescente de pensar, caracterizado pela competência de produzir e reproduzir conhecimentos em espaços estriados, consolidados, e isso, no sentido sedentário de um estilo de vida.

Pensamentos esses que coexistem e muitas das vezes, frente a incerteza e a complexidade da própria existência e de imprevisíveis destinos, eles não somente coexistem, simultaneamente, em diferentes “formações discursivas” produzidas na atual condição cultural, mas, particularmente, evidenciam o grande abismo conceitual existente entre essas formas de pensar a história, e a cidade, particularmente, hoje, frente à complexidade que a Atualidade da história e a problemática urbana pressupõem. O que falta de fato “(...) é uma Nomadologia, o contrário de uma história” (DELEUZE), ou seja, percorrer espaços lisos á guisa de uma máquina de guerra...

Nota 1 - Na contemporaneidade diferentes vertentes de pensamento constituem o que vem sendo denominando de Pós-estruturalismo. Rompendo com a Ontologia clássica e moderna, essa nova forma de pensar exclui as essências, as coisas em si, considerando as mesmas como relações, tendo como tecido não a imposição do verbo “Ser”, visando determinações da Ontologia, mas adotando a conjunção “e...e...e...”, da inclusão, de imprevisíveis conexões e heterogeneidades. As coisas se transformam, se modificam, se repetem, diferenciando-se. Nunca são as mesmas (a não ser por um suposto e diminuto espaço de tempo). Elas não têm princípio nem fim, encontram-se sempre no meio de circunstâncias, morfoseando-se. Uma das vertentes do pensamento pós-estruturalista adotada pelo autor deste texto diz respeito à Lógica da Multiplicidade a qual orienta o **Pensamento rizomático**.

Bibliografia

DELEUZE, G. - Conversações, RJ, ed. 34, 2000.

_____ Foucault, RJ, ed. Graal, 1988.

_____ Diferença e Repetição, S P, ed. Graal, 1988.

_____ Lógica do Sentido, S P, ed. Perspectiva, 1998.

DELEUZE, G, GUATTARI, F.- O que é a Filosofia?, Rio de Janeiro: 34, 2000.

_____ Mil Platôs, Capitalismo e esquizofrenia, Rio de Janeiro: 34, 1996.

_____ Mil Platôs, Capitalismo e esquizofrenia, Rio de Janeiro: 34, 1997.

DELEUZE, G, PARNET, C. - Diálogos, São Paulo: Escuta, 1998.

FOUCAULT, M. - As Palavras e as Coisas, Rio de Janeiro , Graal.1984.

_____ História da sexualidade II - O uso dos prazeres, Rio de Janeiro: Graal, 1984

_____ Arqueologia do Saber, Rio de Janeiro: Forense, 1987.

_____ Vigiar e Punir, Nascimento da Prisão, Vozes, 1999.

GUATTARI, F, - Caosmose, Um novo paradigma estético, Rio de Janeiro: 34, 1993.

_____ As Três Ecologias, Campinas, São Paulo: Papyrus, 1999.

HUYSEN, A – Seduzidos pela Memória, Rio de Janeiro: Aeroplano.2000.